



DEFENDER OS DIREITOS HUMANOS E RESISTIR JUNTOS

JOVENS ATIVISTAS

Denunciar, mobilizar e passar à ação

CONFLITO ARMADO

O que acontece aos Direitos Humanos?



6

DOSSIÊ: MARATONA DE CARTAS



19

ENCONTRO JOVENS ATIVISTAS



28

Outros Olhares



A AGIR é a revista da Amnistia Internacional Portugal publicada quatro vezes por ano.

FICHA TÉCNICA

Propriedade: Amnistia Internacional Portugal

Equipa Editorial:

Direção - Miguel Marujo

Paginação e gráfitismo - Paulo Tavares

Colaboram neste número:

Ana Teresa Santos, Fábio Godinho, Inês Avelãs, Irene Rodrigues, João Godinho Martins, Murilo Matias, Rodrigo Leitão, Vanda Machado, Vera d'Orey Mayan.

Revisão: José Alexandre Silva

Imagem da capa: ©Paulo Tavares

Impressão: Jorge Fernandes Lda

**AMNISTIA
INTERNACIONAL**



CONTACTOS

Amnistia Internacional Portugal
Rua Dr. José Joaquim de Almeida, N°2,
3º Andar - A e B, 2780-337 Oeiras

aiportugal@amnistia.pt

revista@amnistia.pt



www.amnistia.pt



facebook.com/amnistiapt



[X.com/AmnistiaPT](https://x.com/AmnistiaPT)



instagram.com/amnistiapt/

Os artigos assinados são da exclusiva responsabilidade dos seus signatários. Excluída de Registo pela ERC



EDITORIAL

MIGUEL MARUJO

Diretor de Comunicação

TODOS OS DIREITOS HUMANOS CONTAM

Nas Filipinas, o modo de transporte mais popular são uns jeeps longos, os *jeepneys*, carros pintados de cores e imagens garridas e cheios de frases que cabiam bem num livro de autoajuda ou citações de carácter religioso, onde se encavalitam os passageiros, que em moedas o valor da viagem em moedas. Esta primeira impressão festiva do país não esconde a realidade dura de uma democracia que tem andado aos tropeções, com governos autoritários, direitos humanos na gaveta e ativistas vítimas de desaparecimentos forçados.

Desde 2016, o então Presidente lançou uma brutal campanha contra as drogas no país e, desde aí, milhares de pessoas, a grande maioria proveniente de comunidades pobres e marginalizadas, foram mortas pela polícia ou por indivíduos armados ligados às forças de segurança por supostamente usarem ou venderem drogas.

Contamos-lhe esta realidade numa rubrica que se chama Outros Olhares, e que destapa a realidade de geografias e realidades menos presentes nos noticiários ou nas nossas atividades e ações, como tem acontecido nos

tempos mais recentes, com a guerra da Ucrânia, o genocídio em curso em Gaza (e trazemos um explicador sobre direito internacional humanitário em tempo de guerra), o acesso ao aborto seguro ou o crescimento do autoritarismo e do discurso de ódio.

Outros olhares é o que nos propõe também a nova edição da Maratona de Cartas, o maior evento de ativismo pelos Direitos Humanos no mundo, envolvendo milhões de pessoas à volta do globo. Sendo um acontecimento anual, a Maratona de Cartas permite-nos descobrir casos e locais onde os direitos humanos estão em causa. E muda a vida concreta das pessoas: na edição anterior, a *influencer* angolana Neth Nahara, que estava presa por ter criticado o Presidente de Angola, João Lourenço, foi libertada ainda durante o decorrer da Maratona, graças às assinaturas de muitos e muitas!

A 24.^a edição da Maratona traz-nos agora as histórias de uma mulher indígena Sámi, na Noruega, e das terras e pastagens da sua comunidade que estão sob ameaça iminente; no Equador, as Guerreiras pela Amazónia querem proteger as suas comunidades

dos gases tóxicos e da devastação física causada pelas queimas de gás; na Tunísia, há uma advogada e comentadora na televisão e rádio, que dedicou a sua vida à defesa dos direitos humanos, a defender marginalizados e dizendo o que outros têm medo de dizer, que vive ameaçada pelas autoridade; e na África do Sul, uma criança morreu num acidente no jardim de infância, porque a escola que ela frequenta não oferece segurança numa simples ida à casa de banho.

Todos estes casos lembram-nos que todos os Direitos Humanos contam — e que temos de os defender permanentemente, independentemente da sua geografia. Não podemos distraímo-nos do essencial. Um dia pode tocar-nos (como aconteceu na ditadura do Estado Novo), e o resto do mundo pode andar distraído.

LET
AYAH
LOVE



LET
AYAH
LOVE



GRANDE ANGULAR

Mais de 2,3 milhões de crianças palestinas vivem sob ocupação israelita, muitas delas em condições terríveis e, muitas vezes, perigosas para as suas vidas.

A Amnistia Internacional e a organização Save The Children Internacional lançaram uma iniciativa destinada a proteger estas crianças e a mostrar que as podemos ajudar, dando-lhes voz.

Nesta iniciativa, promovida através do site www.letchildrenlive.com, a Amnistia Internacional uniu-se à Save The Children em torno de três exigências claras:

- parem de assassinar, ferir e matar de fome as crianças palestinas;
- levantem o bloqueio a Gaza;
- acabem com a ocupação israelita na Faixa de Gaza e na Cisjordânia, que o Tribunal Internacional de Justiça declarou ilegal.

Este sobressalto, em nome do futuro das crianças palestinas, percorreu o mundo, de Taiwan (na foto, uma iniciativa da secção local da Amnistia) à Europa, com um objetivo em mente: o genocídio em curso tem de ser parado, o cessar-fogo estabelecido, para que as crianças da Palestina possam sonhar com dias em que a guerra e a morte não fará parte das suas vidas.



2025

MARATONA DE CARTAS

ANA TERESA SANTOS

Coordenadora de Mobilização e Campanhas

PORQUE A ESPERANÇA E A HUMANIDADE MERECEM VENCER!

Todos os anos, na Amnistia Internacional testemunhamos o poder do ativismo pelos direitos humanos, apesar das atrocidades que o mundo enfrenta. Com o aumento das práticas autoritárias, o genocídio em Gaza, o colapso climático e a erosão dos direitos civis a dominarem as notícias, a Maratona de Cartas prova que a esperança pode prevalecer, mesmo nos momentos mais sombrios.

Neste momento crítico da história, temos uma escolha a fazer: defender os direitos humanos e resistir juntos, ou continuar a permitir que as práticas autoritárias corroam as nossas liberdades.

A Maratona de Cartas convoca milhões de pessoas, em todo o mundo, a unirem-se para mudar a vida de indivíduos cujos direitos foram violados.

Esta campanha prova que, mesmo quando tudo parece inabituável, ainda é possível fazer uma grande diferença com um “pequeno” gesto. Escrever uma carta, assinar uma petição, fazer uma publicação nas redes sociais, muda vidas! Sim, é mesmo assim tão simples: com a sua assinatura,

pode ajudar a mudar o mundo e a salvar a vida de alguém!

Desde que a Maratona de Cartas começou em 2001, milhões de pessoas, como você que nos está a ler, mudaram a vida daqueles cujos direitos humanos foram violados. Desde 2001, foram realizadas mais de 50 milhões de ações, que fizeram com que mais de 100 pessoas em destaque na nossa campanha tivessem um desfecho positivo nos seus casos!

É fácil participar e podemos dizer honestamente que enviar, publicar ou escrever uma carta realmente faz toda a diferença para as pessoas que apoiamos! Todos os anos, as pessoas em destaque na Maratona de Cartas fazem-nos chegar os seus sinceros agradecimentos, porque com a sua ajuda, conseguiram conquistar a sua liberdade ou mostraram solidariedade com sua luta, dando-lhes esperança, força e alento para continuar!

Este ano, em Portugal, destacamos as histórias de quatro pessoas e comunidades em risco, nesta que é a 24ª edição da Maratona de Cartas. Tal como nos anos anteriores, são

peessoas de várias partes do mundo: um menino que perdeu a vida após cair numa latrina no seu jardim de infância na África do Sul, uma comentadora de televisão presa por denunciar violações de direitos humanos na Tunísia, uma pastora de renas que luta para proteger as terras da sua comunidade na Noruega, e um grupo raparigas que lutam pelo fim das queimas de gás no Equador. Todas estas pessoas estão ligadas porque os seus direitos humanos foram violados, e ao denunciarmos as suas situações estamos a contribuir para mudanças de políticas que podem melhorar a vida de comunidades inteiras.

Pode saber mais sobre as suas histórias nas páginas seguintes e no nosso site: www.amnistia.pt/maratonas.

De 20 de outubro a 31 de dezembro, estaremos empenhados em levar a Maratona de Cartas ao maior número de pessoas possível: mobilizando escolas, grupos de jovens, centros sociais e universidades. Todas as pessoas contam para conseguirmos fazer a diferença! Contamos também consigo, e por isso pedimos-lhe: não se esqueça de assinar as petições e enviar as suas mensagens de solidariedade.

Acredite, as suas palavras têm o poder de mudar vidas!

MARATONA DE CARTAS

AMNISTIA
INTERNACIONAL



AMNISTIA.PT/MARATONA

Em setembro de 2020, as preocupações com a situação económica dos Camarões levaram Dorgelesse Nguessan a protestar pela primeira vez. Durante as manifestações pacíficas, Dorgelesse foi presa. Foi acusada de “insurreição, reunião, encontros e manifestações públicas” e condenada a cinco anos de prisão.

A história de Dorgelesse fez parte da Maratona de Cartas 2022, com milhares de pessoas a pedir a sua libertação. A campanha sustentada levou à libertação de Dorgelesse, que se reuniu com a sua família em 2025.

Dorgelesse partilhou o seu agradecimento com a Amnistia Internacional.



“Vocês estenderam-nos a mão no momento em que mais precisávamos. O meu filho estava doente, a minha mãe estava doente. O facto de eu estar na prisão teve um impacto tão grande na minha mãe que ela ficou debilitada. Esta campanha deu-lhe força. Encorajou-nos a todos. Por isso, não sei como agradecer o suficiente à Amnistia Internacional».



COMO PARTICIPAR?

1.
CONHEÇA OS CASOS
2.
ASSINE AS PETIÇÕES NO NOSSO WEBSITE OU ENVIANDO OS POSTAIS QUE SE ENCONTRAM NAS PÁGINAS CENTRAIS DA REVISTA
3.
ESCREVA SUAS CARTAS/MENSAGENS DE SOLIDARIEDADE E ENVIE PARA A NOSSA SEDE
4.
DIVULGUE A SUA ASSINATURA E MENSAGENS DE SOLIDARIEDADE ONLINE E TAGUE A AMNISTIA INTERNACIONAL - @AMNISTIAPT OU #maratonadecartas, #maratonadecartas2025, #W4R25
5.
CHEGUE AINDA MAIS LONGE E ORGANIZE UMA AÇÃO OU EVENTO DE RECOLHA DE ASSINATURAS – SAIBA COMO NO NOSSO WEBSITE



PRESA E SILENCIADA POR DENUNCIAR

Sonia Dahmani

📍 Tunísia

Sonia Dahmani é uma advogada que dedicou a sua vida a defender os direitos humanos. A 11 de maio de 2024, as forças de segurança tunisinas prenderam-na.

O seu crime? Denunciar assuntos como o racismo. Foi considerada culpada e condenada com base

em acusações infundadas de “disseminar notícias falsas”, havendo ainda outras investigações com motivações políticas a decorrer. Enfrenta muitos anos na prisão e está detida em condições desumanas.

Exija a libertação imediata da Sonia.



ASSINE JÁ!

www.amnistia.pt/maratona



LUTAM PARA PROTEGER AS SUAS TERRAS ANCESTRAIS E A SUA CULTURA

Ellinor Guttorm Utsi

📍 Noruega

Ellinor Guttorm Utsi é uma líder indígena Sámi que defende a prática ancestral de pastoreio de renas da sua comunidade, no norte da Noruega. Os planos para a instalação de várias centenas de turbinas eólicas nos pastos de verão ameaçam quebrar as rotas migratórias e destruir a sua cultura.

O governo norueguês tem de respeitar o direito dos Sámi a participar nos processos de tomada de decisão que possam afetar as suas terras, territórios e recursos.

Apele à Noruega para ouvir a Ellinor e os Sámi e para os ajudar a proteger as suas terras, modo de vida e cultura.



ASSINE JÁ!

www.amnistia.pt/maratona



‘LUTAMOS PARA PROTEGER A NOSSA AMAZÓNIA, E O NOSSO FUTURO’

Guerreiras pela Amazônia

📍 Equador

As Guerreiras pela Amazônia (Guerreras por la Amazonía) lutam juntamente com a UDAPT e o coletivo “Eliminen los Mecheros, Enciendan la Vida” contra a devastação provocada pelas queimas de gás.

Enfrentando tentativas de intimidação violenta pelo seu ativismo, este grupo de jovens

mulheres equatorianas estão na linha da frente da crise climática. Em 2021, um tribunal ordenou que as queimas de gás violem os direitos humanos e ambientais e têm de ser eliminadas. Apesar disso, continuam a existir.

Apele ao Equador para eliminar as queimas de gás e proteger os defensores climáticos.



ASSINE JÁ!

www.amnistia.pt/maratona





PERDEU A VIDA ONDE DEVERIA ESTAR SEGURO

Unecebo Mboteni

📍 África do Sul

A 18 de abril de 2024, Unecebo Mboteni, de três anos, caiu numa latrina no seu jardim de infância, na província do Cabo Oriental, na África do Sul. Morreu no dia seguinte.

Mais de um ano depois, a sua família ainda não tem respostas sobre como esta tragédia aconteceu.

O incidente ainda está a ser investigado e ninguém foi responsabilizado.

**Exija justiça para
Unecebo Mboteni.**

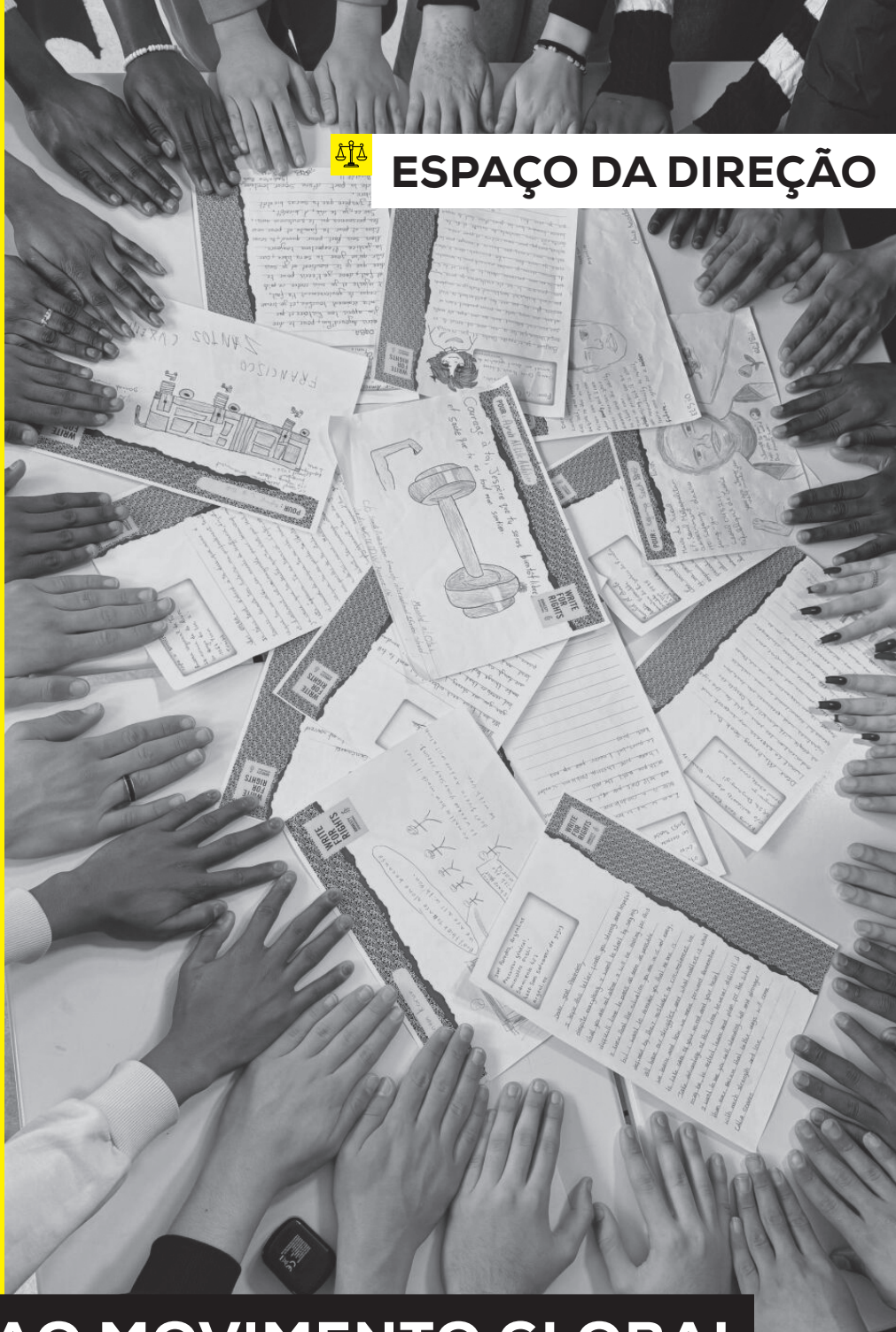


ASSINE JÁ!

www.amnistia.pt/maratona



ESPAÇO DA DIREÇÃO



JUNTA-TE AO MOVIMENTO GLOBAL

**PELOS DIREITOS HUMANOS:
PARTICIPA NA MARATONA DE
CARTAS!**



INÊS AVELÃS

MEMBRO DA DIREÇÃO DA AI

Estamos a aproximarmo-nos do maior evento de ativismo pelos Direitos Humanos organizado pela Amnistia Internacional em todo o mundo: a Maratona de Cartas.

Todos os anos, milhões de pessoas, mobilizadas por membros e ativistas da Amnistia, agem em defesa de indivíduos e comunidades cujos direitos são violados, enfrentando injustiças de diversas formas. Milhares de pessoas assinam petições, escrevem cartas, organizam eventos e partilham informações nas redes sociais para fazer frente à injustiça e contribuir para um mundo mais justo.

A Maratona de Cartas representa tudo isto e muito mais. No entanto, ela só existe porque muitos ativistas, pessoas de comunidades vulneráveis ou comunidades inteiras tiveram, ou continuam a ter as suas vidas e segurança ameaçadas.

Esta realidade não é nova. A violação de direitos, a violência e a falta de segurança de ativistas e membros de grupos vulneráveis vêm desde os tempos mais antigos — da escravatura aos assassinatos de líderes de movimentos sociais, passando pelos deslocamentos forçados em massa e desapropriação de território, até ao Holocausto e outros genocídios.

Por outro lado, vivemos hoje um momento histórico - um novo momento de viragem em que temos de decidir qual o caminho que queremos. Hoje, como no passado, movimentos tentam atacar os direitos humanos universais, procurando dismantelar o sistema internacional de proteção e aprofundar múltiplas crises globais. Diariamente, surgem exemplos do crescimento de ideias e práticas autoritárias, totalitárias e fascistas, e do aumento de guerras, violência e perseguição contra certos grupos ou pessoas por características que tenham ou pelo que defendem.

Vivemos também numa profunda crise de governança global. Ao invés de cooperação internacional para enfrentar problemas que ultrapassam fronteiras — como conflitos, crises humanitárias, violações de direitos, pobreza extrema e a crise climática — prevalece uma abordagem baseada em interesses nacionais estreitos. Esta crise compromete o espaço cívico e favorece forças que promovem agendas antidemocráticas, culpabilizando e difamando grupos excluídos, como mulheres, pessoas LGBTQI+, migrantes, refugiados ou ativistas ambientais, entre muitos outros. Estas ações ameaçam os direitos conquistados e dificultam avanços essenciais.

Perante este cenário, o mundo necessita de uma sociedade civil forte, unida e ativa. Em regiões de conflito e de severas violações de direitos, grupos de cidadãos preenchem lacunas críticas na resposta humanitária, documentando abusos e defendendo a proteção de civis. Em muitos países, grupos de cidadãos mobilizam-se para impedir retrocessos democráticos, fortalecer processos civis e desafiar abusos de poder. Advocacy, campanhas, mobilização da sociedade civil e ações judiciais continuam a ser ferramentas essenciais na luta pelos direitos de género, contra o racismo e pelo combate ao negacionismo das mudanças climáticas.

A sociedade civil representa resistência e esperança por um futuro mais justo e igualitário. Por isto, fazemos-te um apelo: junta-te à Amnistia Internacional. Participa da Maratona de Cartas e não fiques indiferente. Faz parte de um movimento global de milhões de pessoas que lutam pelos direitos daqueles cujos direitos são violados.

Ajuda-nos a garantir que quem viola essas garantias seja responsabilizado.

Juntos, podemos fazer a diferença! Resiste!



O QUE ACONTECE AOS DIREITOS HUMANOS DURANTE UM CONFLITO ARMADO?



EXPLICADOR

Em tempos de conflito armado, respeitar e proteger os direitos humanos assume uma importância acrescida.

É precisamente durante momentos desafiantes, no caos da guerra, que a proteção e a promoção dos direitos humanos se tornam ainda mais essenciais e urgentes. Com este explicador, explora-se o conceito do direito internacional humanitário, nomeadamente porque é que os direitos humanos importam durante a guerra, focando-se na dignidade, na segurança e no bem-estar dos indivíduos, incluindo civis, combatentes e pessoas detidas.

Mesmo na guerra e nos conflitos armados existem regras. A isto chama-se direito internacional direito humanitário, ou leis da guerra.

O Direito Internacional Humanitário orienta o que pode e o que não pode ser feito pelas partes de um conflito armado. Estabelece as regras para proteger civis, as pessoas que não participam, ou deixaram participar, em hostilidades. Também impõe limites aos meios e aos métodos de combate. Ajuda a salvar vidas, reduz o sofrimento e limita práticas nocivas por Estados e grupos armados não-estatais durante conflitos armados. Por outras palavras, define a conduta aceitável durante conflitos. O direito internacional de direitos humanos e o direito internacional humanitário coexistem e sobrepõem-se, oferecendo maior proteção aos civis e a outras pessoas em conflito.

Embora o Direito Internacional Humanitário seja frequentemente



CONFIRA ESTE VÍDEO (EM INGLÊS)
DO COMITÉ INTERNACIONAL DA CRUZ
VERMELHA, QUE EXPLICA, EM TRÊS
MINUTOS, OS PRINCÍPIOS DO DIREITO
INTERNACIONAL HUMANITÁRIO

[WWW.YOUTUBE.COM/WATCH?V=ESWFXU_1K00](https://www.youtube.com/watch?v=ESWFXU_1K00)

**ESTAS REGRAS ENCONTRAM-SE
PRINCIPALMENTE INSCRITAS NAS
CONVENÇÕES DE GENEVRA DE 1949, NOS
SEUS PROTOCOLOS ADICIONAIS DE 1977 E
NAS CONVENÇÕES DE HAIA DE 1907.**

violado, seguir as suas regras reduz
significativamente o sofrimento humano.

Todos os Estados, grupos e dissidentes
armados têm o dever e a obrigação
de respeitar o direito internacional
humanitário. As regras do direito
internacional humanitário são universais,
incondicionais e não-recíprocas: a
violação destas regras por uma parte não
justifica que a parte contrária quebre as
suas próprias obrigações ao abrigo do
direito internacional humanitário.

RESUMINDO: Embora o direito
internacional humanitário se aplique
especificamente a conflitos armados, o
direito internacional de direitos humanos
aplica-se em todos os momentos,
incluindo durante situações de
emergência ou de conflito armado.
Este inclui obrigações de respeitar,
proteger e cumprir direitos humanos tais
como os direitos à vida, à educação, ao
abrigo e à saúde.

Estas obrigações sob o direito
internacional de direitos humanos
estendem-se não somente ao respeito

dos Estados pelos seus próprios
cidadãos, mas também à sua conduta
quando estão envolvidos em conflitos
além das suas fronteiras, incluindo
invasões e ocupações.

Os conflitos armados não estão isentos
de regras, pelo contrário. Os conflitos
armados, devido à sua natureza
destrutiva, requerem enquadramentos
legais, não apenas como uma reflexão
posterior, mas como uma necessidade
crucial para proteger os civis e reduzir o
sofrimento humano.

ALGUNS DOS FUNDAMENTOS DO DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO

1 — PROTEÇÃO DE CIVIS

A maioria das pessoas em zonas de
conflito não participam ativamente
em hostilidades, mesmo que tomem
partido. “Civis” são pessoas – tanto
crianças, como adultos — que não são
combatentes ou membros combatentes
de grupos armados. O direito
internacional humanitário visa proteger
de danos os civis e outras pessoas
durante operações militares.

2 — PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS

Com frequência, as crianças estão em
maior risco durante conflitos e, portanto,
é-lhes concedida proteção especial sob o
direito internacional humanitário. Estas
devem receber os cuidados e a ajuda de
que necessitam.

3 — PROTEGER HOSPITAIS E ESCOLAS

Objetos civis, como edifícios
residenciais, escolas e hospitais
estão sob proteção especial. Estas
estruturas não devem ser atacadas
e não devem ser usadas para fins
militares. O direito internacional
humanitário exige a todas as partes
que respeitem e protejam hospitais,
pessoal médico e pacientes. Ataques
deliberados contra estas instalações
são crimes de guerra, exigindo

responsabilização e, potencialmente,
processos internacionais. As escolas
também são objetos civis, assim como
edifícios residenciais e locais de culto, e
— a menos que sejam usadas para fins
militares — não devem ser atacadas.

4 — ATACAR ALVOS MILITARES, IGNORANDO O FACTO DE QUE MUITOS CIVIS SERÃO MORTOS OU FERIDOS, É ILEGAL

É o chamado princípio da
proporcionalidade, um conceito
fundamental no direito internacional
humanitário. Este exige que, em
conflitos armados, o dano causado a
civis devido a qualquer ataque militar
não deve ser excessivo relativamente
à vantagem militar concreta e direta
esperada. Lançar intencionalmente um
ataque desproporcionado é um crime de
guerra.

5 — EM CASO DE DÚVIDA, A QUESTÃO DEVE SER DECIDIDA EM FAVOR DOS CIVIS

Durante conflitos armados, os
atacantes devem respeitar o princípio
da distinção, outra pedra angular do
direito internacional humanitário. Isto
significa que devem assegurar que os
seus alvos são militares, não civis. O
direito internacional humanitário proíbe
ataques contra civis e objetos civis.
Além disso, o princípio da precaução
exige que se tenha o cuidado constante
para poupar civis e objetos civis durante
a condução de operações militares.



Estados Unidos da América:

Mahmoud Khalil libertado sob fiança

A 20 de junho de 2025, foi ordenada a libertação de Mahmoud Khalil do centro de detenção de imigração, enquanto os seus processos judiciais continuam nos tribunais de imigração e federais. O juiz determinou que a sua detenção continuada com base nos fundamentos apresentados era «altamente invulgar» e ordenou a sua libertação sob fiança com condições específicas, enquanto o seu processo de imigração continua no tribunal de imigração e os outros recursos judiciais no tribunal federal continuam em Nova Jérsey. Mahmoud foi libertado mais tarde nesse mesmo dia.

Apesar de ter autorização legal de residência permanente nos EUA, Mahmoud Khalil foi detido a 8 de março, pelas autoridades de imigração dos Estados Unidos da América, devido ao seu papel nos protestos estudantis pró-Palestina na Universidade de Columbia o ano passado, onde exercia simplesmente os seus direitos humanos à liberdade de expressão e de reunião pacífica. Mahmoud não foi acusado de nenhum crime e a sua detenção surgiu na sequência do anúncio do Departamento de Estado dos EUA de que iria revogar os vistos ou greencards e deportar estudantes afiliados a protestos pró-Palestina.

Em conversa com a Amnistia Internacional, Mahmoud Khalil afirmou:

«As vossas mensagens mantiveram-me vivo. Ainda assim, a luta está longe de terminar, o genocídio continua a acontecer em Gaza, Israel continua a travar uma guerra total contra a Palestina. O governo dos EUA está a financiar este genocídio e a Universidade de Columbia está a investir neste genocídio. É por isso que eu estava a protestar, é por isso que continuarei a protestar com todos vocês, não apenas se eles me ameaçarem com detenção. Mesmo que eles me matassem, eu continuaria a defender Gaza».



© AP Photo / Matthew Hinton

© Free Alaa Campaign



Alaa Abdel Fattah: prisioneiro de consciência recebe indulto presidencial no Egito

A 22 de setembro de 2025, o presidente do Egito concedeu indulto ao ativista egípcio-britânico e prisioneiro de consciência Alaa Abdel Fattah. Naquela mesma noite, Alaa foi libertado.

Alaa é um ativista que tem sido repetidamente alvo das autoridades egípcias pelo seu ativismo pacífico e críticas ao governo. A sua detenção mais recente ocorreu a 29 de setembro de 2019, num contexto de repressão generalizada a protestos. Em dezembro de 2021, Alaa foi condenado a cinco anos de prisão por um Tribunal de Segurança do Estado de Emergência sob falsas acusações de «divulgar notícias falsas», relacionadas com uma publicação nas redes sociais. Apesar de a sua pena de cinco anos ter terminado efetivamente a 29 de setembro de 2024, as autoridades egípcias continuaram a detê-lo arbitrariamente, afirmando que a sua data de libertação seria em janeiro de 2027, violando tanto as normas jurídicas internacionais como a própria legislação nacional do Egito.

O seu perdão põe fim a uma grave injustiça que durou seis anos e é uma prova dos esforços incansáveis da sua família e advogados, incluindo a sua corajosa mãe (que também recebeu apoio da Amnistia Internacional), e ativistas de todo o mundo que exigiram incessantemente a sua libertação nos últimos seis anos. Obrigado a todos aqueles que apoiaram Alaa, agindo em resposta às muitas (17!) ações urgentes emitidas, apelando à sua libertação.



Início de julgamento de recurso de **Yahaya Sharif-Aminu** no Supremo Tribunal da Nigéria

Em agosto de 2020, o cantor Yahaya Sharif-Aminu (hoje com 25 anos) foi condenado à morte por enforcamento por «blasfêmia» após divulgar uma música no WhatsApp que supostamente continha comentários depreciativos contra o Profeta Maomé. Em novembro de 2022, foi interposto recurso perante o Supremo Tribunal da Nigéria.

Quase três anos depois desse pedido de recurso, o Supremo Tribunal da Nigéria marcou finalmente a data da audiência para

o novo julgamento do caso de Yahaya, que começou a 25 de setembro de 2025.

Enquanto o novo julgamento decorre, Yahaya continua detido e continuamos a apelar às autoridades nigerianas para que anulem a sua condenação e concedam a sua libertação imediata e incondicional. Pode consultar a ação urgente que lançámos sobre o seu caso no nosso website.

Afganistão: Cineasta **Sayed Rahim Saidi** libertado após 11 meses de prisão arbitrária

Sayed Rahim Saidi, cineasta afegão, foi libertado em julho de 2025, após 11 meses de prisão.

Sayed, de 57 anos, diretor-geral e produtor da Anar Media, uma emissora online no YouTube, foi preso por membros da Direção Geral de Inteligência (GDI) dos Talibã do Distrito 40 a 14 de julho de 2024, perto do seu escritório. Foi condenado a três anos de prisão, acusado de espalhar propaganda contra as autoridades de facto do Afeganistão. Durante a detenção, Sayed ficou gravemente doente, sofrendo de hérnia discal lombar e problemas na próstata, e não teve acesso a cuidados de saúde adequados, incluindo a

medicação necessária. A Amnistia Internacional emitiu uma ação urgente sobre a detenção arbitrária de Sayed e as suas condições de saúde, que foi utilizada não só por entidades nacionais e ativistas, mas também por meios de comunicação social e instituições de apoio às artes, como a Filmmakers at Risk - ICRF, para fazer campanha pela sua libertação.

Durante a detenção, a Amnistia Internacional também prestou apoio financeiro para cobrir as despesas médicas de Sayed e apoiar no processo de realocação da sua família para um local mais seguro.





DE REGRESSO DO EUROPEAN YOUTH MEETING

RODRIGO LEITÃO

De 17 a 22 de agosto de 2025, tive a oportunidade única de representar a Amnistia Internacional Portugal no encontro European Youth Meeting x Nordic Youth Annual Meeting (EYM X NYAM), em Estocolmo, Suécia.

Foi uma semana verdadeiramente intensa e inspiradora, que reuniu ativistas e membros de várias secções da Amnistia Internacional de toda a Europa. Desde o primeiro momento, senti-me envolvido por uma energia contagiante, um espírito de comunidade e uma paixão partilhada pelos Direitos Humanos.

O programa foi bastante diversificado e enriquecedor. Participámos em debates profundos sobre alguns dos mais importantes desafios da atualidade, partilhámos ideias de ações de rua criativas, envolvemo-nos em jogos de role-play que nos colocaram no centro de uma *general assembly model* e partilhámos experiências em rodas de conversa francas e abertas. Cada atividade foi uma oportunidade para aprender, não só com os formadores,

mas sobretudo com os ativistas de diferentes países, cada um trouxe a sua perspetiva única e as suas experiências de ativismo local.

Mais do que um evento, este encontro foi um ponto de viragem. Foi um furacão de ideias onde, em conjunto, começámos a dinamizar ações e a planear algo verdadeiramente grande! As conversas que tivemos, as estratégias que esboçámos e a rede sólida que construímos nestes dias são a base para o que acredito ser um projeto fantástico e impactante que em breve verá a luz do dia.

Saí desta experiência não apenas com mais ferramentas e conhecimento, mas com uma renovada esperança do que poder da ação coletiva e capaz de fazer!

Obrigado à Amnistia Internacional por esta oportunidade e a todos os participantes que tornaram esta semana inesquecível. A luta pelos direitos humanos continua, mas agora sente-se ainda mais forte e mais unida!

2025

ENCONTRO JOVENS ATIVISTAS

RESISTIMOS JUNTAS, VENCEMOS JUNTAS

Realizou-se no passado mês de julho, o Encontro de Jovens Ativistas (EJA), que reuniu mais de meia centena de jovens de vários pontos do país, na Colónia da Quinta da Fonte Quente, na Tocha, no município de Cantanhede, com o objetivo de, em conjunto, aprender sobre direitos humanos, perceber o que se está a passar no mundo, descobrir novas formas de ativismo, e apoiar quem quer contribuir para um mundo mais livre e igualitário.

É muito importante, no contexto mundial atual, que os jovens se envolvam e tomem contacto com os desafios que se colocam aos direitos humanos. O programa do EJA procurou responder a estes desafios, dando a conhecer o trabalho de várias ativistas de várias áreas, com experiência de trabalho no terreno e com coletivos para darem o testemunho da sua experiência.

Um dos principais desafios atuais é o crescimento do autoritarismo e o impacto que este tem sobre os direitos humanos, sobre as liberdades de expressão, de reunião e de manifestação, individuais e coletivas. Prova disto, foi o testemunho de duas ativistas da Amnistia Internacional Hungria que falaram aos jovens dos desafios de ser ativista de direitos humanos e da Amnistia naquele país. [Ver caixa “O caso da Hungria”]. Esta apresentação deu o mote para o envolvimento dos participantes em ações

de solidariedade com os ativistas na Hungria, em especial para os ativistas LGBTI+ que estão a organizar o Pride em Pécs (cidade na Hungria). As nossas convidadas levaram consigo a faixa solidária, pensada e produzida pelas jovens do EJA, para usar nas suas ações em Pécs.

que podiam fazer que contribuísse para acabar com o genocídio.

Uma sessão explorou a perspetiva histórica da situação feita pela Amnistia. Outra abordou histórias reais de pessoas que lutaram pela libertação da Palestina. As ativistas do projeto Don't Skip Humanity vieram ao EJA



Também Gaza mobilizou os jovens participantes, em especial os testemunhos e o trabalho sobre Gaza e a denúncia ao genocídio que está a acontecer e que não deixa ninguém indiferente. Os jovens participantes do EJA mostraram-se muito alerta, informados e interessados em saber o

apresentar aos jovens a curta-metragem *Fragmented*, que conta esta mesma história. Ambas estiveram em Gaza e partilharam a dura realidade vivida, que piora a cada dia. Realizou-se também um workshop de criação de autocolantes, carimbos e cartazes, utilizando materiais recicláveis para

RESISTIMOS JUNTES, VENCEMOS JUNTES!

MURILO MATIAS - GRUPO DE JOVENS

ASSISTENTE DE JUVENTUDE DA AMNISTIA INTERNACIONAL - PORTUGAL

Olá a todes, estamos num momento crítico no mundo. Caso estejas a ler este texto debes entender do que estou a falar. Todes nós necessitamos de ti. Quer seja na Amnistia quer seja nos vários coletivos existentes ao teu redor.

O ativismo pode ser desenvolvido de várias formas, não se limitando ao trabalho num grupo, na escola ou num coletivo, o ativismo é realizado nos vários contextos e realidades em que estamos envolvidas, esta interseccionalidade, também da luta, é importante para mudar a sociedade.

Caso queiras participar e passar a ação, na Amnistia, tens várias formas de te envolveres, individual ou coletivamente.

Podes juntar-te às Redes de Ação Jovem (ReAJ), temos uma [Lisboa](#) e em [Coimbra](#). São espaços onde jovens se encontram para organizar ações no âmbito das campanhas da Amnistia e formações ligadas aos direitos humanos dentro do grupo, em escolas e universidades. Se quiseres criar um grupo de jovens na tua localidade [fala connosco](#) e passa à ação.

Caso estejas mais confortável com ativismo online, temos um espaço chamado [MAPA](#), que é o canal da Amnistia Internacional no Discord, pensado para jovens ativistas. Lá, publicamos notícias, damos informação sobre formações, campanhas e ações a nível local. Também é um espaço de conversa com outros jovens de todo o país com o mesmo interesse pela defesa dos direitos humanos. É um espaço seguro, dinâmico.

Também podes dar um passo mais à frente e falar com as jovens multiplicadoras da campanha [MULTIPLICA](#). O grupo da MULTIPLICA recebe formação contínua e tem um papel ativo na dinamização de atividades e na mobilização de outros jovens.

Não te esqueças, não estás só, todes nós resistimos juntos. Não deixes o medo e o isolamento ganhar, vem criar um lugar seguro para todes nós.

Se queres seguir alguma destas sugestões de ação, escreve para juventude@amnistia.pt e vem mudar o mundo.





mostrar outras formas de intervenção comunitária em relação à situação em Gaza. Esta iniciativa foi dinamizada por uma ativista da resistance stika.

Ao longo dos cinco dias do encontro houve ainda momentos de apresentação da Amnistia Internacional, sessões paralelas, testemunhos da Campanha tODxS sobre a importância dos jovens se envolverem no ativismo, houve sessões paralelas, bem como momentos sociais e de lazer que permitiram aos participantes conhecerem outros jovens e saber mais sobre ativismo pelos direitos humanos. Neste EJA procurámos desafiar os jovens para, em conjunto, aprenderem sobre direitos humanos, estarem atentos ao mundo, descobrir novas formas de ativismo em direitos humanos. Agora cabe aos jovens participantes, individualmente ou em grupo, darem o próximo passo.
[Ver caixa “Grupos de Jovens”].

Se nos indignamos com uma situação, temos de a denunciar, mobilizar e passar à ação. O grupo refletiu sobre isto e chegou, em conjunto, a esta frase, que foi pintada numa faixa no dia de ação:
Foram atrás dos jornalistas e eu não me importei. Foram atrás dos ativistas e eu não me importei. Mudaram a lei, mas ela não me afetava. No fim vieram atrás de mim e não houve ninguém para me defender.

LUCAS OLIVEIRA, 18 ANOS, DE VISEU

O que é que te impactou mais no programa deste EJA?

Eu acho que o programa está muito bem formulado. É uma grande variedade de experiências e atividades propostas que variam muito, quer em termos didáticos e formais, como em termos de conteúdo. Acho que o que me surpreendeu mais ou o que valorizei mais foi, de facto, o estímulo e a construção deste ambiente partilhado de boa energia, de boa vontade e de verdadeira aceitação e partilha genuína entre todos e acho que é assim que construímos um futuro melhor.

LEONOR GONÇALVES, 15 ANOS, DE FERREIRA DO ZÉZERE

O que é que gostaste mais neste EJA?

Da sessão sobre a Hungria, gostei muito das ativistas que vieram, mas também [gostei de aprender] sobre autoritarismo. Porque eu sou de ciências e eu não sei tanto destes assuntos. Aprendi várias coisas de história ligadas com o autoritarismo que eu não estava a perceber, mas eu consegui aprender, com as dicas das ativistas que são pessoas muito fáceis e explicam bem. E eu gostei muito disso, porque não consigo ter essas aprendizagens na escola, mas aqui consigo.







O CASO DA HUNGRIA

O TESTEMUNHO DE DUAS ATIVISTAS DA AMNISTIA INTERNACIONAL DA HUNGRIA

O testemunho de Hanna e da Lili foi importante pela partilha do que representa, e ser ativista de direitos humanos no seu país. Fizeram um retrato sobre a situação política e de como, nas suas palavras, “a Hungria passou de uma democracia para um estado não democrático”.

Fizeram um resumo do percurso da ascensão de Viktor Orbán e do Fidesz (partido de Orbán atualmente no poder na Hungria). O partido fundado, entre outros, por Orbán em 1988, identificava-se como liberal e anticomunista. Contudo, em meados dos anos 1990, depois de ter perdido as eleições, passou a assumir-se como conservador e nacionalista para atrair eleitores da direita e da centro-direita e começou a usar o cristianismo e as visões tradicionais para desrespeitar os direitos humanos, por exemplo, em questões LGBTQIA+. Segundo Hanna e Lili, é nesta altura que Viktor Orbán assume o controlo total do partido, transformando-o num aparelho centralizado. No final de 2000, capitalizando o descontentamento popular ligado à crise financeira e após vários escândalos de corrupção que abalaram a confiança nos partidos tradicionais, o Fidesz, liderado por Viktor Orbán, é eleito obtendo uma maioria absoluta, que lhes deu plenos poderes para mudar a democracia húngara na sua totalidade.

Desde então, os sinais de autoritarismo demonstrados pelo governo são muitos. Desde o controlo do sistema judicial (alterações no Tribunal Constitucional com motivações políticas e afastamento de juizes independentes); ao controlo dos media (mais de 80% dos meios estão nas mãos de aliados pró-governo e as vozes independentes são perseguidas ou marginalizadas); à centralização do poder (o Parlamento frequentemente só faz a confirmação das decisões do governo e Viktor Orbán governa por decreto ao abrigo de leis de emergência); às restrições à sociedade civil (as ONG que recebem financiamento estrangeiro são rotuladas como agentes estrangeiros), não esquecendo a propaganda (o governo espalha narrativas xenófobas e anti União Europeia para justificar políticas iliberais e criar um inimigo comum).

Nos últimos anos, a Amnistia Internacional Hungria tem trabalhado com a comunidade LGBTQIA+ por esta ser particularmente visada pelas autoridades. Já este ano, o governo intensificou ainda mais a repressão ao aprovar alterações à Constituição, criando uma base constitucional para a proibição das Marchas do Orgulho da comunidade. Esta aprovação insere-se numa estratégia mais vasta para impedir expressões públicas e manifestações da causa LGBTQIA+, silenciando a comunidade e removendo um dos seus poucos meios de visibilidade e apoio.

Segundo as ativistas, a Hungria representa atualmente, “um dos casos mais claros de erosão democrática na União Europeia. Partindo de um descontentamento público, o Fidesz usou eleições legítimas para dismantlar gradualmente as instituições democráticas, restringir a dissidência e consolidar o poder. Com controlo rígido sobre os media, os tribunais e as fronteiras, a Hungria oferece um exemplo moderno de como a autocracia pode crescer dentro de uma democracia — não com tanques, mas com leis.”



ROSTOS DO ATIVISMO

Nesta entrevista, damos voz à Patrícia Silva, apoiante/membro da Amnistia Internacional cuja experiência pessoal se transformou em compromisso ativo com os direitos humanos. O seu percurso é marcado por um despertar interior, pela consciência da dignidade e da liberdade como pilares fundamentais da vida, e pela certeza de que pequenas ações diárias têm impacto real. Convidamo-lo a acompanhar atentamente este testemunho inspirador.

Obrigada Patrícia!

1. EM QUE MOMENTO PENSOU QUE GOSTARIA DE SER APOIANTE DA AMNISTIA?

Decidi apoiar a Amnistia Internacional há cerca de três anos, movida por uma intuição profunda, algo que ainda não conseguia explicar. Era um chamado silencioso do meu ser, nascido da constatação de que os meus direitos muitas vezes eram ultrapassados ou invadidos.

Aprender a soltar padrões herdados do ambiente familiar e do inconsciente coletivo é um processo interno profundo e necessário em todos nós. Ser apoiante tornou-se um exercício diário de atenção e presença: não é apenas sobre contribuir formalmente, mas viver os direitos humanos no cotidiano — ouvir, ceder espaço, permitir que o outro exista plenamente. Cada gesto, por pequeno que pareça, é ato de dignidade e liberdade.

Tornar-se apoiante é um caminho de transformação pessoal: acreditar que todas as ações, mesmo pequenas, têm impacto. No presente, podemos ser agentes de dignidade e liberdade.

2. O QUE A LEVOU A TORNAR-SE APOIANTE/ MEMBRO? COMO VÊ ESSA RESPONSABILIDADE?

Tornar-me membro foi uma extensão natural do meu despertar interior. Reconhecer os meus direitos foi só o primeiro passo; a ação surge quando expandimos essa consciência dentro de nós e aos outros, tornando a nossa voz ouvida e ativa. Ser membro significa um compromisso profundo com a vida e a atenção consciente. Desde gestos simples — ouvir, ceder espaço, agir com empatia — até ações coletivas, cada ato é uma

oportunidade de transformação pessoal e coletiva. É reconhecer que a mudança começa em nós e reverbera no mundo à nossa volta.

3. HOUVE ALGUMA CAMPANHA OU CASO QUE A TENHA MARCADO MAIS?

A campanha pela libertação do Dr. Hussam Abu Safiya, que cuidava de crianças em Gaza, marcou-me profundamente. Recorda-nos da importância de viver conscientes do presente e do futuro das crianças, cuja dignidade muitas vezes é negligenciada.

Essa história reflete a responsabilidade de cada um de nós de agir conscientemente. Todos temos a oportunidade de trazer dignidade, cuidado e presença — primeiro dentro de nós, depois no mundo.

A ação do Dr. Hussam lembra-nos de que talvez a memória do que nos faltou, ou do que precisámos encarar como realidade, seja hoje a força que nos leva a agir em defesa e cuidado de todas aquelas crianças.

4. QUE ESTRATÉGIAS FUNCIONAM MELHOR PARA ENCORAJAR PESSOAS COMUNS A ATIVISTAS?

Despertar o que já vive dentro de cada um através da nossa própria experiência e vulnerabilidade — compaixão, indignação, sede de justiça — é essencial. O exemplo é a melhor forma de ensinar: cada gesto simples, cada ação consciente, cada ação de coragem sobre a nossa própria realidade, mostra que direitos humanos não são ideias distantes, mas práticas no cotidiano.

Educar, inspirar, conectar ações simples à transformação coletiva e tornar visível o impacto de pequenas vitórias cria engajamento real. Ativismo eficaz nasce da presença consciente, não de heroísmo.

5. QUE DESAFIOS VÊ PARA OS DIREITOS HUMANOS QUE NÃO RECEBEM ATENÇÃO?

O desafio maior é olhar para a raiz do problema. Séculos de padrões culturais e religiosos nos ensinaram a associar dignidade à dor e ao sacrifício.

Trazer consciência e reconhecer que a vida é sagrada sim, que é fundamental perceber que a nossa força não precisa nascer da dor alheia, ou do sacrifício e do “sangue”. Humanidade e direitos humanos devem florescer no amor, respeito e cuidado, não no sofrimento.

6. QUE CONSELHO DÁ A QUEM ESTÁ A COMEÇAR COMO APOIANTE DA AMNISTIA?

Permita-se agir e aprender todos os dias. Ser apoiante é um processo contínuo de crescimento interno: cada gesto, por pequeno que seja, tem impacto.

Engaje-se observando quem já vive os direitos humanos. Testar, tentar, errar, aprender e crescer faz parte e para isso precisamos agir no hoje. A presença diária, com atenção consciente, é mais poderosa que ações grandiosas esporádicas.

Lembrar-se que: “Ser apoiante” não é apenas ajudar o outro mas também olhar para si mesmo e reconhecer a sua própria dor. Isso não significa carregar a dor do outro ou tornar-se dependente dela, mas sim refletir sobre a sua experiência através da do outro, e nesse caminho, descobrir um novo eu — mais leve, mais saudável, mais feliz e mais humanitário.

7. EXISTE ALGUMA COISA QUE TENHA MUDADO POR CAUSA DO SEU COMPROMISSO COM OS DIREITOS HUMANOS?

Mudou a forma como me vejo e percebo o mundo. Tornei-me mais atenta ao que é justo e digno. Apreendi a separar o que é meu do que pertence ao outro e a agir

com consciência, diante disso.

Pequenas ações cotidianas — ouvir, ceder espaço, agir com empatia — tornaram-se exercícios de ativismo. Aprender com quem vive os direitos humanos, observar e agir, trouxe-me crescimento em humanidade, paciência e coragem.

8. QUE CAUSA OU PRINCÍPIO DA AMNISTIA RESSOA MAIS CONSIGO E PORQUÊ?

Dignidade e liberdade. A dignidade sustenta todos os princípios, e a liberdade surge quando a dignidade é respeitada.

Liberdade significa permitir que cada pessoa exista plenamente, com autonomia sobre suas escolhas. Cada gesto consciente — ouvir sem julgar e agir com empatia — afirma a dignidade própria e do outro.

9. QUE MENSAGEM GOSTARIA DE DEIXAR A QUEM ESTÁ A LER ESTA ENTREVISTA?

A mensagem que deixo é simples, mas profunda.

Primeiro, o meu profundo agradecimento a quem leu cada palavra até aqui, por testemunhar que é possível sair de um profundo lugar de dor, de um deserto emocional e tóxico, onde a violência parece imperar todos os dias. Se hoje lê estas linhas e sente o que compartilho, é sinal de que os longos anos de resiliência, dor, sacrifício e compromisso comigo mesma valeram a pena, fizeram sentido e reverberam no seu coração, impulsionando a sua própria transformação.

Saber que a minha transformação pode encurtar o caminho do outro é, para mim, prova de que ser, um ser humano e criador na sua própria vida em cada esforço, cada escolha consciente e cada ato de coragem têm valor real e impactam a vida de outros. Se consigo tocar ao menos um leitor, já sinto que todo o percurso — todos os sacrifícios que fiz para manter a minha dignidade, liberdade de escolha e voz — alcançou o seu objetivo: chegar a alguém, permitir que se reconheça, e talvez inspirá-lo a encontrar o seu próprio espaço de amor por si mesmo, faz tudo

valer a pena.

Cada um de nós tem um lugar e uma voz no mundo, e é nessa presença consciente do nosso ser que encontramos o poder de agir com dignidade e liberdade, vivendo a nossa própria verdade.

Ser apoiante, membro ou ativista não é sobre grandeza ou notoriedade; é sobre presença diária, sobre aprender, agir e crescer todos os dias, mesmo com pequenos gestos. A verdadeira mudança começa em nós, em cada ação consciente, gesto ou decisão tomada com atenção.

Acredito profundamente que, para viver os direitos humanos, não precisamos de perfeição nem de feitos grandiosos; precisamos de presença, de verdade e de compromisso. É agir com consciência, respeitando limites, aprendendo sobre eles, e compreendendo que cada ser humano é responsável pelo seu próprio caminho, mas que as nossas ações podem iluminar e apoiar o percurso do outro.

Se cada um assumir o seu lugar de amor, responsabilidade e dignidade, construímos passo a passo um mundo mais justo, humano e livre — para nós, para os outros e para as futuras gerações.

E, confesso, havia ainda muito mais que gostaria de partilhar, mas o espaço é limitado. Talvez, em outro momento, possa expandir essas reflexões mais profundas a todos vocês.

No fundo, ser apoiante é um ato de amor, coragem e presença — primeiro transforma-nos a nós mesmos, e depois o mundo ao nosso redor. É justo, necessário e urgente ocuparmos esse lugar.

Lembre-se: nunca estará só, mesmo que as suas escolhas o levem a caminhos desafiadores ou solitários — sempre haverá alguém que compreenda a sua linguagem, e para essas pessoas, a sua presença importará.

Você faz parte.

Todos somos necessários.

O mundo somos todos nós — Somos “Um com todo”.



SOLIDARIEDADE QUE SE VESTE



Vivemos tempos em que as nossas escolhas diárias podem transformar o mundo à nossa volta. Na Vintage for a Cause acreditam desde sempre que a moda tem esse poder, mais do que estilo ou tendência, pode ser um instrumento de inclusão, de sustentabilidade e de impacto social positivo.

Foi desse espírito que nasceu mais uma parceria com a Amnistia Internacional, onde duas organizações se uniram pela mesma convicção, a de colocar a dignidade humana no centro das nossas atividades e rotinas.

“Na Vintage for a Cause, acreditamos que a moda pode ser muito mais do que estética ou tendência — pode ser um veículo de transformação social, de inclusão e de consciencialização. O nosso projeto nasceu para dar novas oportunidades a mulheres em situação de vulnerabilidade, combatendo o isolamento e promovendo competências, ao mesmo tempo que prolonga a vida útil da roupa através da reutilização e do upcycling. Trabalhamos diariamente para demonstrar que é possível unir sustentabilidade, criatividade e impacto social positivo. A parceria com a Amnistia Internacional surge da convicção de que as causas que defendemos se interligam profundamente: tanto a Amnistia como a Vintage for a Cause colocam a dignidade humana no centro da sua missão.

Acreditamos que, ao unirmos forças, conseguimos ampliar a voz de quem tantas vezes é silenciado e reforçar a mensagem de que os direitos humanos, a igualdade e a justiça social são indissociáveis de um futuro mais justo e sustentável.

Esta colaboração representa, para nós, uma oportunidade de ir além da moda e reforçar o nosso compromisso com uma cidadania ativa. Queremos inspirar comunidades, parceiros e consumidores a reconhecer que cada escolha — seja no vestuário, seja no exercício da solidariedade — pode ser um ato de mudança”.

Com a app +Amnistia, o seu donativo converte-se em descontos em lojas sustentáveis, unindo solidariedade e consumo consciente.

Faça já o download da app e descubra como um gesto simples pode gerar duplo impacto, o de apoiar os direitos humanos e o de incentivar um futuro mais sustentável.

Saiba mais em: www.amnistia.pt/mais-amnistia





OUTROS OLHARES

Ilustrações de Colin Foo/Amnesty International

Em junho de 2016, o então Presidente Rodrigo Duterte lançou uma brutal campanha contra as drogas nas Filipinas. Milhares de pessoas, a grande maioria proveniente de comunidades pobres e marginalizadas, foram mortas pela polícia ou por indivíduos armados ligados às forças de segurança por supostamente usarem ou venderem drogas.

A Amnistia Internacional concluiu que as execuções extrajudiciais generalizadas e sistemáticas e outras violações dos direitos humanos no contexto da “guerra contra as drogas” nas Filipinas atingem o limiar de crimes contra a humanidade.

Embora os homicídios relacionados com drogas tenham diminuído sob a atual administração do Presidente Ferdinand “Bongbong” Marcos Jr., continuam a existir relatos de mortes deste tipo. Desde 2016, a Amnistia Internacional tem-se dedicado a documentar as violações dos direitos humanos na “guerra contra as drogas” e a exigir justiça e responsabilização, como no relatório de novembro de 2024, publicado com o título “Submeter-se e render-se: os malefícios da detenção arbitrária por drogas nas Filipinas”, e de onde são retiradas as ilustrações e informações que reproduzimos nestas páginas.

Em março de 2025, o Rodrigo Duterte foi preso pelas autoridades filipinas e entregue ao Tribunal Penal Internacional para responder a acusações de homicídio como crime contra a humanidade. O trabalho ainda não terminou. É preciso fazer mais para acabar completamente com os assassinatos na “guerra contra as drogas”, responsabilizar todos os culpados e reformar as leis e políticas punitivas contra as drogas que violam os direitos humanos.



Ilustração de crianças a serem repreendidas por adultos e crianças com as suas fotos tiradas pela polícia, a segurarem um cartão em que se lê “Vendedores rugby”. Rugby boys (em filipino, batang ragbi) é um termo coletivo para gangues de crianças de rua. Eles são um dos grupos mais conhecidos de pessoas afetadas pela pobreza nos bairros de lata das Filipinas. São conhecidos por usarem e serem viciados em cheirar cola, conhecida pela marca “Rugby”, e outros solventes aromáticos para aliviar a fome, o que os leva a cometer crimes para financiar o vício.

Segundo o Centro de Direitos Legais e Desenvolvimento Infantil (CLRDC), as crianças que inicialmente confessaram à polícia o uso de drogas são, muitas vezes, vítimas de grupos criminosos que as utilizam como correios. Pamela Camacho, advogada do CLRDC, disse à Amnistia Internacional: “Perguntei à polícia quantos processos tinham sido instaurados contra adultos que exploravam essas crianças, e eles não souberam responder. Eles estão apenas a analisar a suposta infração das crianças, mas não estão a analisar os traficantes. Estão apenas a fazer o trabalho fácil de prender e deter crianças”.



Ilustração sobre Juan, que foi preso com outras 15 pessoas depois de terem sido identificadas à polícia por um informador por alegadamente estarem envolvidas no tráfico de drogas.

Juan, um trabalhador da construção civil de 25 anos da cidade de Caloocan, na área metropolitana de Manila, disse que estava entre as 16 pessoas detidas na sua barangay (aldeia) em março de 2017, durante uma operação policial que envolveu um informador.

O papel deste era percorrer a comunidade e indicar à polícia as pessoas supostamente envolvidas no tráfico de drogas. Juan admitiu ser um correio de drogas e, tal como vários outros entrevistados pela Amnistia Internacional, foi detido após ter sido identificado por outra pessoa.

Os informadores, especialmente se tiverem sido detidos e acusados e sujeitos a tortura ou outros maus-tratos, são uma fonte de informação pouco fiável que não pode ser utilizada como prova em tribunal.

No entanto, continua a ser uma tática comumente utilizada pela polícia para deter mais pessoas por crimes relacionados com drogas.

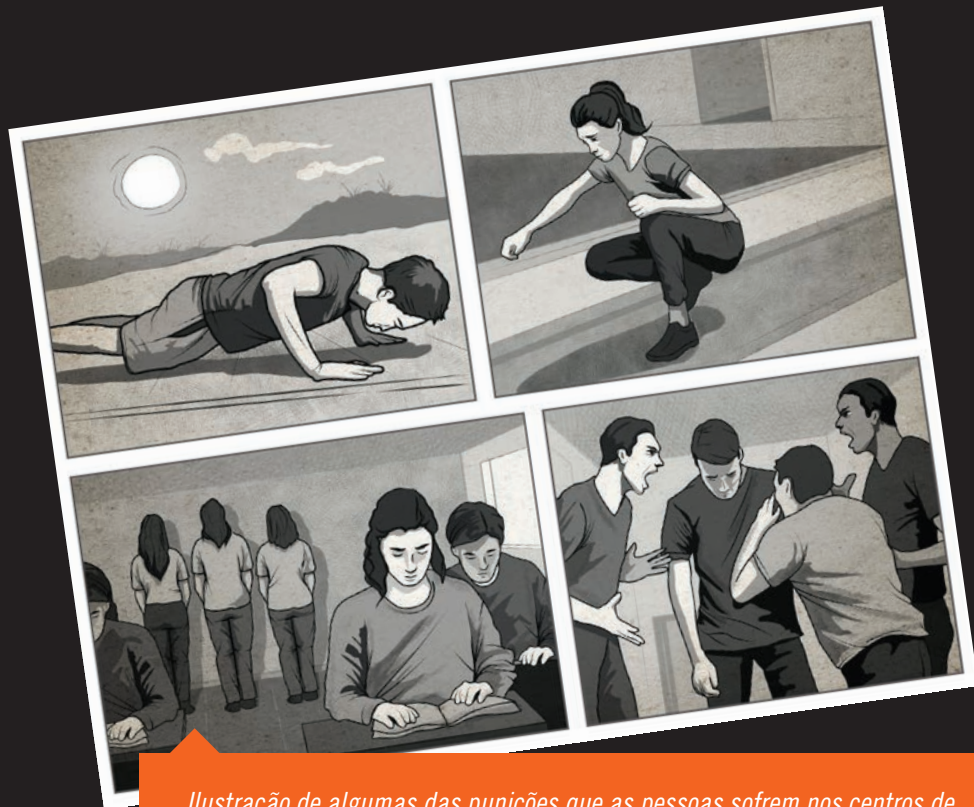


Ilustração de algumas das punições que as pessoas sofrem nos centros de detenção por drogas por violarem as regras do estabelecimento, que incluem exercícios físicos extenuantes e atos humilhantes, como ser forçado a “andar como um pato” ou a “ficar de frente para a parede”, todos os dias por um determinado período, e “explodir”.

Há quatro regras fundamentais em todos os centros de detenção para toxicodependentes, que são a proibição de fugir, praticar atos sexuais, cometer atos de violência e consumir qualquer tipo de droga, incluindo fumar. A maioria das pessoas relatou que infringir estas regras resulta frequentemente em punições severas, que podem incluir ser forçado a fazer exercícios físicos extenuantes, como flexões e correr sob o calor do sol; tarefas diárias adicionais e mais difíceis, relacionadas com a manutenção das instalações; ficar em isolamento durante semanas ou meses, nos quais não pode participar nas atividades e só pode falar com os funcionários; e atos humilhantes.

As pessoas também descreveram uma punição chamada “explodir”, que envolve outras pessoas também detidas nas instalações cercarem os acusados de violar as regras para gritar e repreendê-los pela suposta infração.



Os indivíduos descreveram rotinas semelhantes em cada um dos centros de detenção de drogas administrados pelo Governo. As pessoas são acordadas por volta das 5 da manhã e as luzes são apagadas às 21h00. Espera-se que participem na preparação das refeições, na limpeza e na manutenção das instalações. Além disso, a maior parte do dia é dividida entre reuniões, exercícios e outras atividades. De manhã, há sessões que envolvem a partilha de pensamentos e sentimentos; reflexões sobre certos valores (por exemplo, honestidade, responsabilidade e humildade); palestras e discussões sobre consciencialização e prevenção de drogas; e artes e ofícios. Pelas 13h00, começa uma reunião, que ocupa grande parte da tarde e consiste em atividades semelhantes às da manhã. As visitas familiares geralmente não são permitidas até alguns meses após o início do programa. Em quatro instalações, foi oferecido ensino adicional para estudar ou concluir o ensino secundário, bem como sessões de formação baseadas em competências, como costura, cosmetologia e artesanato.



Manter pessoas em centros de detenção por drogas contra a sua vontade é uma forma de detenção arbitrária proibida pelo direito internacional dos direitos humanos. De acordo com o Grupo de Trabalho sobre Detenção Arbitrária, os regimes de detenção compulsória em nome do tratamento e reabilitação de drogas, incluindo aqueles baseados na percepção de perigo das pessoas para si mesmas ou para os outros ou em argumentos de “necessidade médica”, são uma violação do direito à saúde e são inerentemente arbitrários.



Ilustração sobre a experiência de Michael com tortura e outros maus-tratos às mãos da polícia, após a sua prisão por suposto uso de drogas.

Michael disse que, após a sua detenção, a polícia o torturou para obter uma confissão forçada. Michael inicialmente recusou-se a confessar, mas não por muito tempo. “Não aguentava mais a dor e o medo, então cedi”, disse.

De acordo com o seu testemunho, Michael foi repetidamente espancado por um agente da polícia com um bastão de madeira nos pés; as suas mãos foram apertadas com balas entre os dedos e ele foi obrigado a deitar-se num banco de madeira enquanto acima dele havia um recipiente de plástico cheio de malaguetas, cujo sumo escorria lentamente sobre a testa e queimava os olhos e rosto. Michael disse que a polícia colocou uma mesa do lado de fora da esquadra para que ele fingisse estar a usar drogas e tirou fotos para usar como prova contra ele.

Ficou detido na esquadra por três dias antes de ser enviado para um centro de detenção para toxicodependentes.



JOÃO GODINHO MARTINS

diretor executivo da
Amnistia Internacional Portugal

GAZA: PRIORIDADE MÁXIMA

O mundo está a mudar. E não para melhor. O populismo cresce. O autoritarismo instala-se, até em democracias que antes nos enchiam de orgulho. A liberdade de expressão e o direito à manifestação estão cada vez mais ameaçados. As instituições internacionais são abandonadas pelos Estados que as criaram. Os direitos das mulheres, das pessoas LGBTI+, das minorias étnicas — estão sob ataque.

Gaza é o espelho da nossa coragem. Ou da nossa cobardia. Da nossa indignação. Ou da nossa cumplicidade.

Recuso-me a aceitar que sejamos cúmplices por omissão. Recuso-me a aceitar que o mundo se habitue à barbárie.



O direito internacional humanitário é ignorado. E as alterações climáticas, agora esquecidas — são uma realidade devastadora. Assistimos diariamente a ataques hediondos aos direitos humanos.

O trabalho da Amnistia Internacional nunca foi tão necessário. E com a mesma clareza com que reconhecemos esta realidade, temos de ser igualmente claros ao afirmar, sem hesitação: Gaza é hoje a prioridade. O que se passa em Gaza não é apenas uma tragédia. Não é apenas um crime contra o povo palestino ou contra o direito internacional. É um crime contra a nossa consciência coletiva. É um ataque mortal à nossa humanidade. Estamos a assistir, em direto, a um genocídio. A hospitais a serem bombardeados. A crianças a morrerem à fome. A pessoas a serem chacinadas de forma deliberada e intencional. A Amnistia Internacional não escolhe causas por conveniência. Escolhe

causas por urgência. E Gaza é hoje o epicentro da urgência moral do nosso tempo.

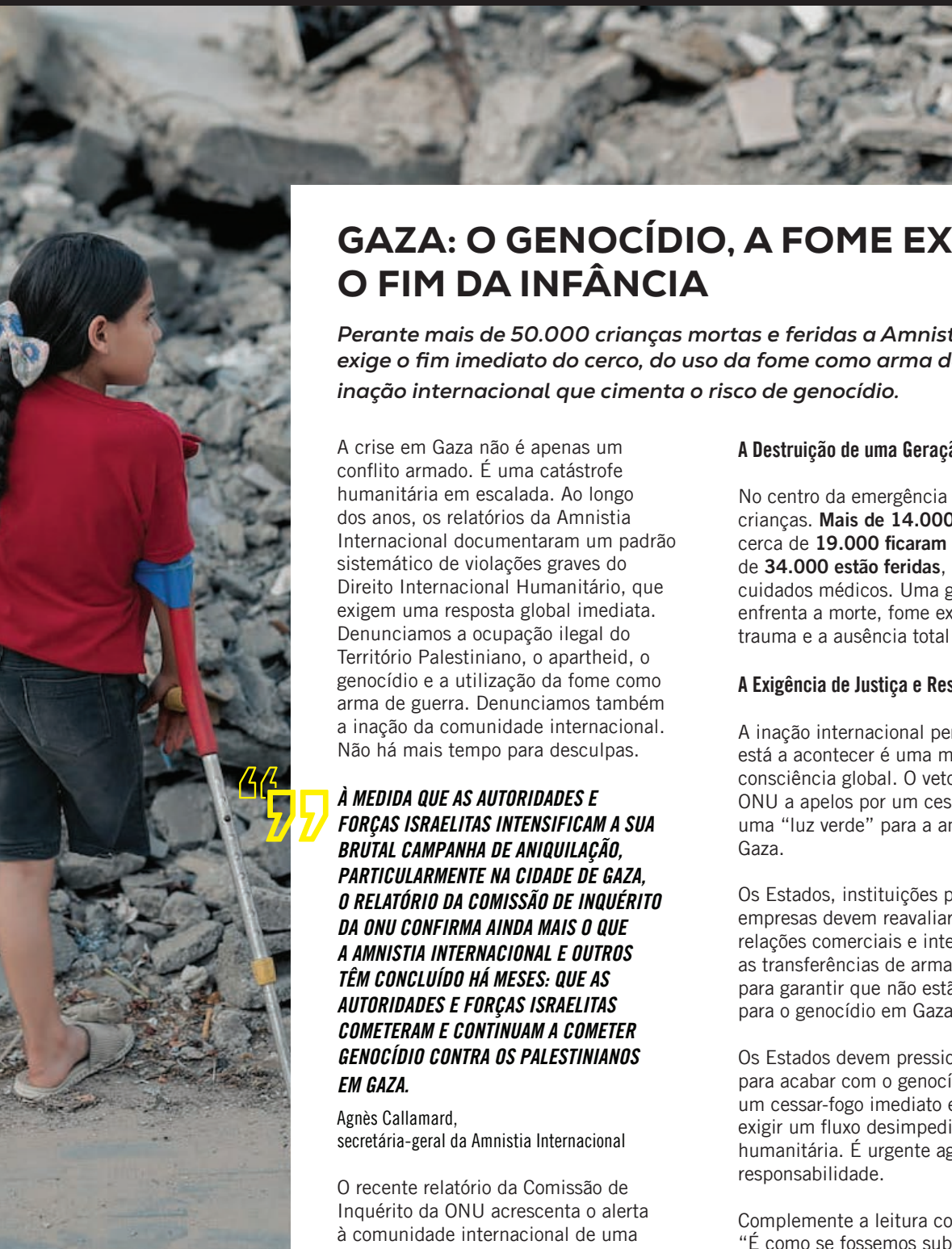
Haverá um depois de Gaza. E enquanto pudermos fazer pressão, mobilizar, mudar mentalidades e ajudar a pôr fim ao genocídio — enquanto tivermos uma palavra a dizer sobre esse depois — temos de usar a nossa voz. Temos de exigir um cessar-fogo imediato. Um embargo militar a Israel. O fim de qualquer apoio financeiro. A imposição de sanções. E a entrada imediata e incondicional de ajuda humanitária.

Porque esta não é apenas uma luta pelo povo palestino. É uma luta por todos nós. É uma luta pela ideia de que todos os seres humanos têm direito à vida, à dignidade, à liberdade.

Gaza é o espelho da nossa coragem. Ou da nossa cobardia. Da nossa indignação. Ou da nossa cumplicidade. Recuso-me a aceitar que sejamos cúmplices por omissão. Recuso-me a aceitar que o mundo se habitue à barbárie. Recuso-me a aceitar que o futuro nos olhe e pergunte: “Onde estavam vocês?”

**Estamos aqui. Estamos atentos.
E não vamos parar.**

**Porque Gaza não pode esperar.
Gaza tem de ser agora.**



GAZA: O GENOCÍDIO, A FOME EXTREMA E O FIM DA INFÂNCIA

Perante mais de 50.000 crianças mortas e feridas a Amnistia Internacional exige o fim imediato do cerco, do uso da fome como arma de guerra e da inação internacional que cimenta o risco de genocídio.

A crise em Gaza não é apenas um conflito armado. É uma catástrofe humanitária em escalada. Ao longo dos anos, os relatórios da Amnistia Internacional documentaram um padrão sistemático de violações graves do Direito Internacional Humanitário, que exigem uma resposta global imediata. Denunciamos a ocupação ilegal do Território Palestino, o apartheid, o genocídio e a utilização da fome como arma de guerra. Denunciamos também a inação da comunidade internacional. Não há mais tempo para desculpas.



À MEDIDA QUE AS AUTORIDADES E FORÇAS ISRAELITAS INTENSIFICAM A SUA BRUTAL CAMPANHA DE ANIQUILAÇÃO, PARTICULARMENTE NA CIDADE DE GAZA, O RELATÓRIO DA COMISSÃO DE INQUÉRITO DA ONU CONFIRMA AINDA MAIS O QUE A AMNISTIA INTERNACIONAL E OUTROS TÊM CONCLUÍDO HÁ MESES: QUE AS AUTORIDADES E FORÇAS ISRAELITAS COMETERAM E CONTINUAM A COMETER GENOCÍDIO CONTRA OS PALESTINIANOS EM GAZA.

Agnès Callamard,
secretária-geral da Amnistia Internacional

O recente relatório da Comissão de Inquérito da ONU acrescenta o alerta à comunidade internacional de uma **intenção específica de destruir os palestinos como um todo, que se estende ao resto dos Territórios Palestinos.**

A Destruição de uma Geração

No centro da emergência estão as crianças. **Mais de 14.000 foram mortas**, cerca de **19.000 ficaram órfãs** e mais de **34.000 estão feridas**, sem acesso a cuidados médicos. Uma geração inteira enfrenta a morte, fome extrema, o trauma e a ausência total de proteção.

A Exigência de Justiça e Responsabilidade

A inação internacional perante o que está a acontecer é uma mancha na consciência global. O veto dos EUA na ONU a apelos por um cessar-fogo foi uma “luz verde” para a aniquilação em Gaza.

Os Estados, instituições públicas e empresas devem reavaliar as suas relações comerciais e interromper todas as transferências de armas para Israel, para garantir que não estão a contribuir para o genocídio em Gaza.

Os Estados devem pressionar Israel para acabar com o genocídio, impor um cessar-fogo imediato e duradouro e exigir um fluxo desimpedido de ajuda humanitária. É urgente agir e exigir responsabilidade.

Complemente a leitura com o relatório “É como se fossemos sub-humanos: O genocídio de Israel contra os palestinos em Gaza”, e saiba como pode apoiar o nosso trabalho, aqui:

www.amnistia.pt/genocidio-em-gaza-ad/#gref

GENOCÍDIO EM GAZA

1 MILHÃO DE CRIANÇAS ESPERAM POR SI

“O meu corpo sobreviveu, mas o meu espírito morreu com os meus filhos, foi esmagado sob os escombros com eles”. Ahmad Nasman, pai que perdeu os seus 3 filhos, a mulher, os pais e a irmã num ataque aéreo israelita.

A violência está a escalar a cada novo dia. Enquanto o mundo tenta olhar para o lado, **1 milhão de crianças e as suas famílias tentam sobreviver** aos piores abusos. **Agora, cada minuto conta, para salvar as suas vidas.**

Ser criança em Gaza é perder toda a família é não **poder sonhar com um futuro.** Mas apesar de tanta dor, há uma força que resiste: a coragem das crianças que, mesmo no meio da destruição, ainda acreditam que podem ser salvas. E é essa esperança que nos inspira a continuar a lutar pelo fim do genocídio.

Temos denunciado esta realidade devastadora e **precisamos de si, para continuar. Hoje, escolha juntar-se a nós pelas crianças e famílias em Gaza!**

DOE! PELO FIM DO GENOCÍDIO!

AJUDE COM O SEU DONATIVO

Entidade: **21721**

Referência Multibanco: **066000014**

Montante: o que puder

MB WAY 939 076 340 IBAN: PT50 0036 0103 99100000985 88

Para receber o recibo do seu donativo, envie o comprovativo e os seus dados com a referência “Genocídio em Gaza AGIR” para o e-mail info@amnistia.pt.

Saiba mais em:

www.amnistia.pt/emergencia-gaza-dia-crianca

AMNISTIA
INTERNACIONAL 